

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf LUCIANO **VELÔZO** GOMES PEDROSA

**O emprego do Exército Brasileiro em Ajuda Humanitária,  
na MINUSTAH, após o Terremoto no Haiti em 2010 e a  
projeção do Brasil no cenário internacional.**



Rio de Janeiro  
2022

(INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Maj Inf LUCIANO **VELÔZO** GOMES PEDROSA

**O emprego do Exército Brasileiro em Ajuda Humanitária,  
na MINUSTAH, após o Terremoto no Haiti em 2010 e a  
projeção do Brasil no cenário internacional**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Comando e Estado Maior apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior do  
Exército como requisito para obtenção do  
Grau de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Orientador: TC Art Deivid Neto de Oliveira

Rio de Janeiro  
2022

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca  
Da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME)  
Bibliotecária Responsável:

P372e	<p>Pedrosa. Luciano Velôzo.</p> <p>O emprego do Exército Brasileiro em ajuda humanitária, na MINUSTAH, após o Terremoto no Haiti em 2010 e a projeção do Brasil no cenário internacional. / Luciano Velôzo Pedrosa.—2022. 48 f. :il. ; 30cm.</p> <p>Orientação: Deivid Neto de Oliveira. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022. Bibliografia: f. 44-48</p> <p>1. Ajuda Humanitária. 2. MINUSTAH. 3. Haiti. 4. Terremoto. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 355.04</p>
-------	---

## FOLHA DE APROVAÇÃO DE TCC

Maj Inf LUCIANO **VELÔZO** GOMES PEDROSA

### **O emprego do Exército Brasileiro em Ajuda Humanitária, na MINUSTAH, após o Terremoto no Haiti em 2010 e a projeção do Brasil no cenário internacional**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Comando e Estado Maior apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior do  
Exército como requisito para obtenção do  
Grau de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Aprovado em: 10 de outubro de 2022.

#### COMISSÃO AVALIADORA

---

**Deivid** Neto de Oliveira - TC

Orientador

---

**Edwardo** Coelho de Oliveira - TC

Membro da comissão de avaliação

---

Daniel **Ramos Lemos** - Maj

Membro da comissão de avaliação

Rio de Janeiro  
2022

À Deus por ter me dado saúde e paz. Aos brasileiros que faleceram no cumprimento do dever em solo haitiano, em especial ao meu amigo 1º Ten BRUNO Ribeiro MARIO. À minha amada esposa Ana Paula e aos meus filhos Lucas e Larissa, pelo apoio, amor e compreensão. Aos meus pais pelo exemplo e inspiração que são para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos amigos, alunos do Curso de Comando e Estado Maior, pelo companheirismo, amizades, debates e rico aprendizado que a convivência proporciona. Vocês tornam as jornadas mais fáceis e produtivas.

Aos instrutores da ECEME, pela dedicação e pelos conhecimentos transmitidos nessa casa. A missão de educar é desafiadora e gratificante. Obrigado pelo tempo dedicado à minha formação.

Ao meu orientador, TC Art Deivid Neto de Oliveira, agradeço por toda atenção dispensada, pelas orientações e pelo apoio na realização desse trabalho. Faço votos de continuado sucesso em sua vida.

Aos meus pais Fernando e Stella, pelo amor que têm por mim, pela educação que me proporcionaram e principalmente por serem uma referência, um exemplo de pessoas em que sempre me espelhei e sigo me espelhando. Obrigado por terem me ajudado a ser a pessoa que sou atualmente.

A meus filhos Lucas e Larissa, por serem minha alegria diária, pela compreensão em meus momentos de ausência e pelo amor sincero que vocês têm por mim. Vocês são meu maior combustível para prosseguir em frente, amo vocês.

À minha esposa Ana Paula, pelo amor, por ser a companheira, amiga e cúmplice que me apoia em todos os desafios que a vida impõe. Você me motiva a ser uma pessoa e profissional cada vez melhor.

Enfim, agradeço a Deus, por estar sempre comigo, pela benção da vida, por me proporcionar saúde, família, amigos e uma profissão em que me realizo. Obrigado meu Deus.

“Senhor, umas casas existem no vosso reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta se deitam, obedecendo(...) Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a Liberdade e a Vida.(...) Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos (...) Porque, por definição o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem, e à sua direita a disciplina.”

Carta de Moniz Barreto, em 1893

## RESUMO

Referência: PEDROSA, Luciano Velôzo Gomes. **O emprego do Exército Brasileiro em Ajuda Humanitária, na MINUSTAH, após o Terremoto no Haiti em 2010 e a projeção do Brasil no cenário internacional.** 2022. 42 folhas. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho tem como tema “O emprego do Exército Brasileiro em Ajuda Humanitária, na MINUSTAH, após o Terremoto no Haiti em 2010 e a projeção do Brasil no cenário internacional”. A intenção da pesquisa é responder ao questionamento sobre de que maneira o emprego das tropas do Exército Brasileiro em ajuda humanitária, após o terremoto no Haiti em 2010, contribuiu para a projeção do Brasil no cenário internacional. O estudo fez um breve histórico do Haiti, explorou a implementação da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), fatores que levaram o Brasil a comandar o contingente militar e os sucessos conquistados nos primeiros anos de missão. A seguir, o intenso terremoto e suas consequências foram abordados, verificando-se a situação de extrema vulnerabilidade em que o Haiti se encontrava. A ajuda humanitária se tornou fundamental e as ações dessa natureza realizadas pelas tropas do Exército Brasileiro que integrava a MINUSTAH foram exploradas. Posteriormente, alguns aspectos que contribuíram para a Política Externa do Brasil durante o período crítico pós terremoto foram verificados. Ao final, concluiu-se que as ações do Estado Brasileiro, principalmente do Exército Brasileiro, externaram o grande comprometimento do Brasil com o Haiti, conjugando o espírito altruísta com a finalidade de aumentar a influência brasileira no concerto das nações.

Palavras-chave: Ajuda Humanitária, MINUSTAH, Haiti, Terremoto

## **ABSTRACT**

The final paper has as its theme “The use of the Brazilian Army in Humanitarian Aid, in MINUSTAH, after the earthquake in Haiti in 2010 and the projection of Brazil in the international scenario”. The intention of the research is to answer the question about how the use of Brazilian Army troops in humanitarian aid, after the earthquake in Haiti in 2010, contributed to the projection of Brazil in the international scenario. The study made a brief history of Haiti, explored the implementation of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), factors that led Brazil to command the military contingent and the successes in the first years of the mission. Next, the intense earthquake and its consequences were showed, verifying the situation of extreme vulnerability in which Haiti found itself. Humanitarian aid became essential and actions of this nature carried out by the Brazilian Army troops that were part of MINUSTAH were explored. Subsequently, some aspects that contributed to Brazil's Foreign Policy during the critical post-earthquake period were verified. In the end, it was concluded that the actions of the Brazilian State, especially the Brazilian Army, expressed Brazil's great commitment to Haiti, combining the altruistic spirit with the purpose of increasing Brazilian influence in the concert of nations.

Keywords: Humanitarian Aid, MINUSTAH, Haiti, Earthquake

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1	PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	11
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	11
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	12
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	12
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	12
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
2.1	OPERAÇÕES DE PAZ.....	14
2.2	AJUDA HUMANITÁRIA.....	15
2.3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	16
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	19
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	19
3.2	COLETA DE DADOS .....	19
3.3	TRATAMENTO DOS DADOS.....	19
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	19
<b>4</b>	<b>A MINUSTAH E SEUS PRIMEIROS EFEITOS</b> .....	20
4.1	O ESTABELECIMENTO DA MINUSTAH.....	20
4.2	DESAFIOS E A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI.....	22
<b>5</b>	<b>O TERREMOTO E AS AÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA</b> .....	29
5.1	O TRÁGICO TERREMOTO EM TERRITÓRIO HAITIANO.....	29
5.2	A AJUDA HUMANITÁRIA E AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO....	31
<b>6</b>	<b>A MINUSTAH E A PROJEÇÃO DO BRASIL</b> .....	38
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	42
	REFERÊNCIAS.....	44

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de fatos ocorridos no Haiti, país que ocupa a porção ocidental da Ilha de São Domingos, localizada no Mar do Caribe. Conhecer um pouco da história do Haiti é importante para maior compreensão dos fatos contemporâneos.

O Haiti é o único país francófono da América Latina e o único país surgido de uma rebelião de escravos em toda a história. Em 1804, foi o primeiro país latino-americano a proclamar a independência, após um sangrento processo revolucionário que durou 12 anos. A partir daí, sua história tem sido marcada por sucessivos episódios de violência (PEDROSA, 2015).

O Haiti, como outros países do Caribe, foi alvo de ingerências norte-americanas, tornando-se protetorado dos Estados Unidos de 1915 a 1934, que controlou suas finanças até 1947. Alguns anos depois, o médico François Duvalier, conhecido como Papa Doc, governou o país de 1957 até sua morte em 1971. Seu filho, Jean-Claude Duvalier o sucedeu. Sem interesse em administrar o país, apoderou-se de seus recursos de forma contínua, até ser pressionado interna e externamente em 1986, quando saiu do país (PEDROSA, 2015).

Depois de anos de instabilidade e conflitos internos, Jean-Bernard Aristides foi eleito presidente em 1990, mas foi deposto por um golpe militar meses depois. Os EUA interviram e impuseram o reestabelecimento de Jean-Bernard na presidência. Desconfiado, Aristides dissolveu o seu exército, resultando em milhares de homens armados, desempregados e ressentidos, uma vez que foi incapaz tanto de reinseri-los à vida civil, como de recolher o armamento da tropa. Apesar disso, em 1996, René Preval é eleito presidente e o Haiti vivencia a primeira mudança de governos regularmente eleitos de sua história (PEDROSA, 2015).

No ano 2000, Aristide foi novamente eleito, em meio a questionamentos, recrudescendo o clima de instabilidade, com forte impacto econômico sobre o Haiti. O ambiente de incerteza fez com que a ajuda internacional diminuísse, chegando a praticamente cessar. Criou-se um vácuo que foi ocupado rapidamente por organizações criminosas, particularmente ligadas ao narcotráfico e ao contrabando (PATRIOTA, 2010).

No dia 28 de fevereiro de 2004, com a proximidade dos rebeldes tomarem a capital, a situação política evoluiu de maneira crítica com rapidez. Com o agravamento

da crise, os Embaixadores dos EUA e da França, aparentemente, convenceram Aristide a renunciar, pois a situação se encaminhava para um ‘banho de sangue’. Em sua carta de afastamento suas palavras foram:

“28 de fevereiro de 2004,  
 Eu jurei respeitar e fazer respeitar a Constituição.  
 Hoje à noite, 28 de fevereiro de 2004, eu estou decidido a respeitar e fazer respeitar a Constituição.  
 A Constituição garante a vida e a paz. A Constituição não deve ser afogada no sangue do Povo Haitiano.  
 Por isto, se esta noite minha demissão evitar um banho de sangue, eu aceito partir com a esperança que haverá vida e não morte.  
 Vida para todos.  
 Morte para ninguém.  
 Ao respeitar a Constituição.  
 Ao fazer respeitar a Constituição.  
 Haiti terá vida e paz.  
 Obrigado” (ARISTIDE *apud* SEITENFUS, 2014)

Após quatro anos, em 2004, Aristide apresenta sua renúncia, em ambiente de convulsão social e política. Visualizando uma eminente escalada na violência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorizou a mobilização de uma Força Multilateral Interina de emergência, destinada a manter a ordem pública no Haiti. A Força Multilateral Interina seria substituída, após um prazo de três meses, por uma operação de paz da ONU – a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (PATRIOTA, 2010).

Nesta mesma época, o Brasil passava por um momento de reinvestimento nas Nações Unidas e reconfiguração de suas estratégias na Organização. O país tentava, progressivamente, assumir um papel de articulador de iniciativas multilaterais, um ator que necessitava ser consultado pelos demais (FONTOURA e UZIEL, 2017).

Quando o Presidente Jean-Bertrand Aristide deixou o Haiti sob a ameaça de um “banho de sangue” e o CSNU estabeleceu uma força de emergência, a ser substituída por uma missão de paz, ficou evidente para o Brasil que havia uma oportunidade, desde que as condições de participação pudessem ser negociadas.

O embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura e o conselheiro Eduardo Uziel afirmam ainda que:

“As Nações Unidas e seu Conselho de Segurança tornaram-se *locus* privilegiado para o desdobramento das ambições da política externa brasileira. [...] a reativação dos debates, na Assembleia Geral, sobre reforma do CSNU, que levaria o Brasil a integrar-se ao G4 (“Grupo dos 4”) naquele ano. No próprio Conselho, o início do nono mandato brasileiro como membro eletivo, para o período 2004-2005. Na percepção da diplomacia brasileira, o começo de um novo biênio era uma oportunidade para demonstrar ativismo,

construir coalizões e inserir-se no mecanismo decisório de paz e segurança. [...]

No CSNU, as operações de manutenção da paz, naquele momento, estavam reganhando sua importância como instrumento de atuação internacional para conter crises, após seu nadir no fim dos anos 1990. O Brasil tinha uma história de apoio as missões e havia chegado a ser o quarto maior contribuinte de tropas, em abril e junho de 1996. Mas, desde 1999, mantinha apenas um pequeno contingente em Timor-Leste.” (FONTOURA e UZIEL, 2017)

Ao considerar a situação crítica no Haiti, a tradição da política externa brasileira de defender o multilateralismo, a solução pacífica de controvérsias e a assistência humanitária, além dos interesses intrínsecos de projeção internacional e uma provável aproximação dos países do Caribe, o Congresso e Senado optam pela aprovação do envio do contingente brasileiro à MINUSTAH. (SÁ, 2015)

O Brasil enviou 26 contingentes para integrar a MINUSTAH no período de 2004 a 2017, totalizando mais de 37.500 militares das Forças Armadas (FA). Um oficial-general brasileiro ocupou a função de chefe do componente militar da missão em todos os contingentes que, ao longo desses anos, contou com militares de 24 países. (BRASIL, 2017c)

## 1.1 PROBLEMA

Dentro desse contexto, foi estabelecido o seguinte problema: de que maneira o emprego das tropas do Exército Brasileiro em ajuda humanitária, após o terremoto no Haiti em 2010, contribuiu para a projeção do Brasil no cenário internacional?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral é analisar as contribuições do emprego das tropas do Exército Brasileiro em ajuda humanitária no Haiti, após o terremoto em 2010, para projeção do Brasil no cenário internacional.

### 1.2.2 Objetivos específicos

A fim de atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos serão buscados:

- a. Apresentar MINUSTAH e seus resultados anteriores ao terremoto.
- b. Identificar as condições do Haiti após o terremoto em 2010 e as ações de ajuda humanitária realizadas pelo Exército Brasileiro na MINUSTAH.
- c. Identificar aspectos da Política Externa Brasileira (PEB), com enfoque nos reflexos do trabalho da MINUSTAH

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo se limitará a pesquisar as ações realizadas pelas Organizações Militares compostas por militares do Exército Brasileiro, após o terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, no Haiti , até o encerramento da MINUSTAH em 2017. Além disso, serão analisadas apenas as ações que contribuíram para projeção do EB no cenário internacional.

### 1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

No período de 1948 a 2017, das 71 operações de manutenção da paz já implementadas pela ONU, o Brasil participou de 46, o que equivale a 65% do total. Portanto, o país já contribuiu com mais de 57 mil servidores. Desses, por volta de 88% fizeram parte das operações de paz dos últimos 25 anos (ANDRADE, HAMAM e SOARES, 2019).

A grande quantidade de brasileiros designados para participar de operações de manutenção da paz sob égide da ONU nas últimas décadas demonstra a importância que esse tipo de atividade tem para o Estado Brasileiro, bem como a confiança das Nações Unidas no Brasil.

É oportuno compreender como a participação do Brasil em operações de manutenção da paz contribui com a imagem do Brasil no cenário internacional. Esse

rol de conhecimentos pode ser explorado de maneira positiva, realizando planejamentos mais eficientes, melhorando o preparo de pessoal e de material, de forma a projetar positivamente o país no exterior. Dessa maneira, o presente estudo favorece o interesse e o estudo acerca deste assunto.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 OPERAÇÕES DE PAZ

A realização de um embasamento teórico no que tange ao que são Operações de Paz é muito importante. Também será realizada uma abordagem sobre a evolução das características das Operações de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas.

A criação da Organização das Nações Unidas, no pós-Segunda Guerra Mundial, tinha como objetivo evitar a deflagração de novos conflitos no sistema internacional por meio da cooperação entre os países membros. As missões de paz não foram mencionadas na Carta de fundação da ONU; no entanto, o Capítulo VI deste documento trata da solução pacífica de controvérsias, e o Capítulo VII estabelece instrumentos pacíficos e não pacíficos de segurança coletiva com vistas a preservação da paz internacional (LEAL, MAGALHÃES e SANTIN, 2016).

O emprego de forças militares em ações sob a égide de organismos internacionais pode abranger as seguintes possibilidades: arranjos internacionais de defesa coletiva; operações de paz; ações de caráter humanitário; e estabilização (BRASIL, 2017a).

A operação de paz refere-se ao emprego coercitivo dos meios militares – pessoal, material e doutrina de emprego – para atingir os objetivos traçados para a missão de paz. Essas operações consistem no emprego de forças militares em ações sob a égide de organismos internacionais (BRASIL, 2017b).

O Brasil começou a participar de missões de paz em 1947, quando observadores militares brasileiros foram enviados à Península Grega, no Sudeste da Europa, a fim de participar da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs – UNSCOB. Dez anos depois, em 1957, o Brasil realizou sua primeira operação de paz, com o envio do Batalhão Suez, para o Oriente Médio, compondo as Forças de Emergência das Nações Unidas – UNEF-1 (BRASIL, 2017b).

A partir do fim da Guerra Fria, os conflitos tornaram-se mais complexos. A introdução de ódios étnicos e religiosos, o financiamento das guerras por meio de comércio ilegal de armas, drogas e matérias-primas de alto valor, as questões de refugiados e os apoios de atores externos fizeram com que conflitos internos

adquirissem um caráter internacional. Esse período coincide com o da expansão do conceito de intervenção humanitária (PEDROSA,2013).

Na década de 1990, a ONU enfrentou problemas em missões de paz, com relação a sua postura errática e hesitante, como na *United Nations Assistance Mission for Rwanda* (UNAMIR), em razão de restrições impostas pelo Conselho de Segurança com relação ao *modus operandi* da missão. Kofi Annan, que esteve à frente da UNAMIR à época, ao assumir o cargo de Secretário Geral da ONU convocou um Painel sobre as Missões de Paz da ONU. Deste painel, resultou o Relatório de Brahimi, que apresentou mudanças institucionais significativas, maior apoio financeiro às missões de paz e tornou-se um ponto de inflexão no processo de releitura da ONU em relação aos seus instrumentos de intervenção humanitária (LEAL, MAGALHÃES e SANTIN, 2016).

Na última década do século XX e do início do século XXI, as Nações Unidas consolidam a emergência da *segurança humana* e dos *direitos humanos* como fatores fundamentais da agenda internacional. Em vista de crises humanitárias, passar a vigorar o entendimento de que existe não apenas o direito, mas o dever de intervir.

Dois princípios valorizados pela ONU às vezes entram em conflito: por um lado, o respeito à soberania, com seu corolário da não intervenção, e por outro o respeito aos direitos humanos. Desde o fim da Guerra Fria, frequentemente as questões humanitárias têm sido consideradas prioridade frente à soberania (PEDROSA, 2013).

## 2.2 AJUDA HUMANITÁRIA

O entendimento acerca do que se trata ajuda humanitária é fundamental para, posteriormente, conseguir definir o que são e em que situações ocorrem operações de ajuda humanitária.

O referencial teórico para definir ajuda humanitária será baseado no entendimento do Exército Brasileiro sobre o assunto. Ajuda Humanitária foi definida em nota de coordenação doutrinária do Centro de Doutrina do Exército da seguinte maneira:

Ação proporcionada por distinto **Estado ou por Estados** membros da Organização das Nações Unidas ou de qualquer outro organismo internacional para a urgente prestação de socorro de natureza diversa, a nacionais de país atingido pelos efeitos de catástrofes, ou decorrentes da devastação de guerra entre nações litigantes, tudo com o objetivo de

proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, respeitado o princípio da não intervenção. (BRASIL, 2014)

Fruto da importância que os assuntos relacionados a ajuda humanitária e para possuir uma legislação mais atual, em 2018, o governo brasileiro aprovou em junho de 2018 a Lei nº 13.684. Essa lei, entre outras medidas, define que:

Art. 11. A União poderá prestar cooperação humanitária, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, a fim de apoiar países ou populações que se encontrem em estado de conflito armado, de desastre natural, de calamidade pública, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população (BRASIL,2018).

Em operações de ajuda humanitária, dezenas de capacidades costumam ser requeridas do contingente militar. Algumas dessas capacidades são exemplificadas a seguir: realizar a ligação com autoridades e outras agências; estabelecer sistemas de C2; realizar operações de informação; realizar planejamento logístico; realizar a triagem de doações; realizar a purificação de água; realizar apoio de saúde; distribuir alimentação, água e outros itens; montar e operar acampamentos para deslocados e refugiados; realizar transportes; realizar reparo e construção; executar reconhecimento (aéreo e terrestre); processar dados de inteligência; prover a segurança de comboios; realizar monitoramento e detecção QBRN; realizar descontaminação e controle de danos QBRN, realizar Operações de GLO. (BRASIL, 2014).

### 2.3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, estabelece os princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais. Tal dispositivo distingue-se por ter sido inédito na história constitucional brasileira e por ser pouco comum em outras constituições.(UZIEL, 2017) O Art 4º da CF/1988 estabelece que:

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:  
I – independência nacional;  
II – prevalência dos direitos humanos;  
III – autodeterminação dos povos;  
IV – não intervenção;  
V – igualdade entre os Estados;  
VI – defesa da paz;

VII – solução pacífica dos conflitos;  
VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;  
IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;  
X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988).

A existência desses princípios serve para balizar as ações da Presidência da República e, principalmente, do Ministério das Relações Exteriores, como o ente que executa a ação e vocaliza a opinião do país no exterior (CHRISTOFOLLO, 2019). Sob uma leitura jurídica, a existência do art. 4.º confere legitimidade à ação externa que encontra amparo em um ou mais dos princípios. Simultaneamente, torna a substância da ação externa passível de algum grau de disciplinamento jurídico – e não apenas político (UZIEL, 2017).

Alguns analistas de política externa brasileira, tanto acadêmicos quanto diplomatas, identificam a tradição diplomática brasileira como uma tradição grociana, que enfatiza a primazia do direito internacional (GOFFREDO Jr., 2005. A definição dessa tradição grociana é apresentada como:

A leitura grociana da realidade internacional, nela podendo identificar-se um ingrediente positivo de sociabilidade que permite lidar, mediante a Diplomacia e o Direito, com o conflito e a cooperação e, desta maneira, reduzir o ímpeto da “política do poder”, pauta-se com bom senso pelo “realismo” na avaliação dos condicionantes do poder na sociedade internacional. E a partir da informação haurida nos fatos do poder, mas sem imobilismos paralisantes nem impulsos maquiavélico-hobbesianos, busca construir novas soluções diplomáticas e/ou jurídicas no encaminhamento dos temas relacionados à inserção internacional do Brasil (LAFER, 2001).

Política externa e política de defesa são políticas públicas, adotadas pelo Estado, e que devem servir à sociedade. Enquanto na formulação da primeira o Executivo é auxiliado pelo Ministério das Relações Exteriores, a segunda é coordenada pelo Ministério da Defesa, desde a sua criação, em 1999. A interface entre ambas as políticas é a promoção da paz e da segurança, por meio da diplomacia e da força, que exerce dissuasão devido à possibilidade de emprego do componente militar (OKADO, 2011).

A política externa tem por atributo essencial a diplomacia, cuja importância é a preservação da paz internacional. Teóricos da Escola Inglesa, consideram-na como uma das instituições das relações internacionais, que tem por objetivo tentar conciliar interesses conflitantes através da negociação e pela concessão mútua (OKADO, 2011).

Em contrapartida, além das práticas diplomáticas, a política também pode empregar demonstrações militares para alcançar seus propósitos. Uma vez que a força militar é a mais evidente medida do poder de uma nação, a manifestação da mesma serve para inculcar o poderio de uma nação sobre as demais (MORGENTHAU,2003).

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

A metodologia a ser seguida para a realização do trabalho será de caráter qualitativo. O presente trabalho será realizado, prioritariamente por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada na prospecção em livros, artigos e revistas acessíveis ao público em geral e em documentos e manuais internos do Exército Brasileiro.

#### **3.2 COLETA DE DADOS**

A coleta de dados, do presente trabalho de conclusão de curso, será realizada por meio da literatura atualmente disponível, realizando-se uma pesquisa bibliográfica e documental em manuais do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro, revistas especializadas, artigos produzidos referentes a ajuda humanitária, missões de paz e defesa, monografias, teses e dissertações, procurando obter dados pertinentes ao assunto em pauta.

#### **3.3 TRATAMENTO DOS DADOS**

Como parte do estudo, será realizada a análise de conteúdo, por meio do estudo de textos para se obter fundamentos teóricos consistentes. O referido estudo vai procurar ampliar os conhecimentos acerca do assunto de forma que consiga responder o problema anteriormente apresentado.

#### **3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO**

A metodologia empregada possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo. Não serão realizados estudo de campo e entrevistas, o que diminui a amplitude do levantamento de dados.

O prazo para a realização desse trabalho de conclusão de curso (TCC), é de aproximadamente sete meses, conforme consta no item 4 (Cronograma). Dessa forma, pode-se inferir que o método escolhido é adequado e possibilitará atingir os objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

## 4 A MINUSTAH E SEUS PRIMEIROS EFEITOS

### 4.1 O ESTABELECIMENTO DA MINUSTAH

Conforme visto anteriormente, a instabilidade política e o recrudescimento da violência no Haiti levaram o presidente Aristide a renunciar ao seu mandato e a deixar o país. A ONU rapidamente adota medidas para tentar mitigar o agravamento da crise humanitária que se configurava.

O Governo Transitório foi assumido, conforme previsto na Constituição de 1987, pelo então Presidente da Corte Suprema de Justiça, Boniface Alexandre, cuja primeira medida seria solicitar o apoio internacional para a manutenção da ordem no país. No próprio dia 29 de fevereiro, o Representante Permanente do Haiti junto às Nações Unidas submeteu ao Conselho de Segurança cópia da carta de renúncia de Aristide e um pedido de assistência. Na mesma noite, foi aprovada a Resolução 1529, que criava a Força Multinacional Provisória (*Multinational Interim Force -MIF*), composta por tropas americanas, chilenas e francesas e afastava a possibilidade de um golpe militar em gestação (VALLER FILHO, 2007 p.153).

Destarte, o conselho de Segurança da ONU, em seu encontro 4961, de 30 abril de 2004 decide estabelecer a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) aprovando a Resolução 1542. O texto da referida resolução cria a referida missão e lhe determina uma série de atribuições :

1. Decide estabelecer a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), a força de estabilização prevista na resolução 1529 (2004), para uma período inicial de seis meses, com intenção de renovação por mais períodos; e solicita que a autoridade seja transferida da Força Interina Multinacional (MIF) para a MINUSTAH em 1º de junho de 2004;

[...]

7. Agindo sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas com em relação à Seção I abaixo, decide que a MINUSTAH terá as seguintes missões:

I. Ambiente Seguro e Estável:

(a) em apoio ao Governo de Transição, para assegurar um ambiente dentro do qual o processo constitucional e político no Haiti possa transcorrer;

[...]

(d) ajudar na restauração e manutenção do Estado de Direito, segurança e ordem pública no Haiti por meio da provisão, entre outros, de apoio à Polícia Nacional do Haiti e à Guarda Costeira do Haiti, bem como com seu

fortalecimento institucional, incluindo o restabelecimento das correções sistema;

[...]

III. Direitos humanos:

(a) apoiar o Governo de Transição, bem como os direitos humanos haitianos instituições e grupos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos, particularmente de mulheres e crianças, a fim de garantir a responsabilidade individual por abusos dos direitos humanos e reparação das vítimas;

[...]

9. Decide ainda que a MINUSTAH deve coordenar e cooperar com o Governo de Transição, bem como com os seus parceiros internacionais, a fim de facilitar o fornecimento e a coordenação da assistência humanitária e o acesso a trabalhadores humanitários para o povo haitiano necessitado, com foco particular nos mais segmentos vulneráveis da sociedade, particularmente mulheres e crianças; ( Resolução 1542 do CSNU, 2004 – tradução do autor)

Na resolução supracitada, observa-se que o mandato determina que a MINUSTAH agirá sob o respaldo do Capítulo VII da carta das Nações Unidas. De acordo com ARIMA Jr, 2011, a fundamentação no capítulo VII altera substancialmente as características das operações de paz. Na prática, suprime os princípios que trata do consentimento das partes, bem como ao uso restrito da força. No inciso 7 do Art 2º da Carta da ONU, a regra da não intervenção nos assuntos que dependam da jurisdição interna é excetuada pela aplicação do capítulo VII nos seguintes termos:

7. Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII. (UNITED NATIONS. Carta das Nações Unidas, 1945)

O mandato claramente visava o respeito à ordem constitucional, política, bem como o respeito aos direitos humanos. Havia a determinação de cooperação com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM), o que concedia maior legitimidade à ação internacional levada a cabo sob a égide da ONU e mitigava os eventuais restrições à presença militar estrangeira (VALLER FILHO, 2007).

Segundo Façanha (2017 apud LIMA, 2017 p.35),o fato de EUA e França não demonstrarem vontade política para integrar a MINUSTAH fez ela fosse composta, principalmente, por países da América Latina, com o Brasil assumindo a liderança do componente militar. Ainda em março de 2004, é realizada uma missão brasileira que era integrada por 11(onze) oficiais superiores com a função de “levantar as necessidades logísticas da participação brasileira na futura Força de Estabilização da ONU” (Telegrama Basemb, 2004)

A MINUSTAH foi a primeira Operação de Missão de Paz (OMP) regulada pelo Capítulo VII da Carta da ONU em que o Brasil participa com tropas autorizadas a empregar o uso da força no nível tático. Para tal, a interpretação dada ao Artigo 4º da Constituição Federal quanto a não intervenção foi a de que houve solicitação e consentimento do Estado haitiano para mobilização e emprego de forças internacionais das Nações Unidas. Ou seja, houve consentimento no nível político e permissão para que as tropas brasileiras empregassem a força no nível tático. Assim sendo, a imposição da paz estava diretamente vinculada ao combate das gangues e forças desestabilizadoras da governança haitiana. A interpretação do Brasil foi a de que não havia imposição da paz no nível político, razão que levou as tropas brasileiras a serem autorizadas pelo do Congresso Nacional a integrar a MINUSTAH. (PINHEIRO, 2015)

O Brasil de fato ficou incumbido o comando militar da MINUSTAH. Em 25 de maio chegaram 1.200 militares brasileiros, na maior participação das Forças Armadas do Brasil no Exterior, desde a 2ª Guerra Mundial. A MINUSTAH contaria com mais de 6.700 militares e cerca de 1.600 policiais e seu caráter internacional seria configurado pela origem de seus componentes. Assim, os países que contribuiriam com pessoal militar seriam, além do Brasil, a Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Croácia, Equador, França, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Marrocos, Nepal, Paquistão, Paraguai, Peru, Sri Lanka, Estados Unidos e Uruguai. O contingente policial seria formado por mais de 30 países, como Argentina, Brasil, Camarões, Canadá, China, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, França, e Uruguai, dentre outros (VALLER FILHO,2007).

#### 4.2 DESAFIOS E A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI

Desde o início, o Comandante do contingente militar da MINUSTAH, foi um oficial general brasileiro. O Subcomandante foi de variadas nacionalidades, sendo a

sua indicação alternada por Argentina, Uruguai e Chile. O Chefe de Estado Maior sempre foi um oficial das forças armadas do Canadá. Contudo suas células sempre tiveram uma composição variada em relação à nacionalidade dos integrantes. As forças de paz iniciaram a missão comandadas pelo General de Divisão brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que assumiu as responsabilidades que até então estavam sob a responsabilidade da Força Multinacional Interina (MIF) (PACHECO, 2012).

De acordo com PACHECO (2012), no caso da MINUSTAH deve-se levar em consideração que além do comando brasileiro, o Estado-Maior militar da missão era composto com expressiva participação de oficiais brasileiros, conjugado ao fato do Brasil ter cedido o maior efetivo de tropas do contingente. Dessa maneira, mais do que apenas o comando, ficou registrada a efetiva liderança brasileira no componente militar da missão. Com relação ao efetivo de tropas empregadas na MINUSTAH, MIRANDA (2017), informa que:

“O Contingente Brasileiro (CONTBRAS) chegou ao país caribenho com 958 homens do Exército, organizados em um Comando de Brigada, com seu Estado-maior e um Batalhão de Infantaria, além de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, com 234 homens, também orgânica do Batalhão de Infantaria.

A partir do terceiro contingente, inclusive, o Comando da Brigada e seu Estado-maior são desativados e o CONTBRAS ganha uma Companhia de Engenharia de Força de Paz. O CONTBRAS passa a ser composto pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT), incluindo-se o Grupamento de Fuzileiros Navais, e pela Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY), com o efetivo total de 1.216 homens, sendo 832 homens no BRABATT, 234 Fuzileiros Navais e 150 na BRAENGCOY. A BRAENGCOY, aliás, permanecerá com esse efetivo até 2008, quando foi aumentado para 250” (MENDONÇA, 2017).

Cabe ressaltar que, no início do desdobramento da MINUSTAH, não estavam claros quais eram os grupos em conflito, bem como suas motivações. Com a chegada do contingente militar, ocorreu o desenvolvimento da missão, a análise das informações foi realizada de forma mais eficiente e começou-se a organizar o quadro das forças adversas (PACHECO, 2012).

Segundo o Relatório Final de Emprego do 2º Contingente (2005, p. 26, apud PINHEIRO, 2015 p. 126), inicialmente o 1º Contingente recebeu uma área de responsabilidade muito grande e incompatível com o efetivo que possuía, visto que os outros contingentes não haviam chegado para integrar missão no Haiti. Com a chegada dos militares da Jordânia e do Sri-Lanka, as tropas do Brasil deixaram de atuar nas regiões de Carrefour e de Cite Soleil. Mesmo assim, a Zona de Ação

continuou incompatível. Isso ocorria devido ao limitado efetivo disponível de fuzileiros, à grande quantidade de tarefas que eram recebidas da MINUSTAH, como o número de Postos de Segurança Estáticos (PSE) mobiliados pela Brigada e ao afastamento de militares para o *leave* (dispensa obrigatória).

De forma resumida, pode ser afirmado que o 1º Contingente, apesar das inúmeras dificuldades logísticas enfrentadas, cumpriu sua missão, substituindo a MIF e mantendo um ambiente de relativa paz em Porto Príncipe, ainda que sua área de atuação fosse fisicamente muito superior a sua real capacidade de controle. (LESSA,2007).

Ainda conforme o Relatório Final de Emprego do 2º Contingente (2005, p. 26): “Esses óbices foram contornados com o estabelecimento de prioridades entre as respectivas áreas e as missões recebidas. Desse modo, conforme a necessidade do momento, a Bda foi obrigada a retificar, várias vezes, os limites entre as suas peças de manobra.” Dessa forma, tentaram proporcionar as melhores condições possíveis para que o Batalhão Haiti atuasse em Bel Air, onde estava o maior problema da Zona de Ação (PINHEIRO, 2015).

De acordo com LESSA (2007), “o 2º Contingente empreendeu ações para assegurar a presença mais constante e efetiva das tropas em áreas julgadas críticas. Para isso, tornou-se necessário estabelecer bases de combate em locais estratégicos. Foram utilizadas como bases móveis a Escola Argentina em Bel Air; o edifício situado em frente à delegacia da Rua Delmas 33 e o asilo da Rua San Martin (Bel Air) e, como base fixa, foi ocupado o Forte Nacional, em ponto dominante, no coração de Bel Air.”

Ao ocupar o Forte Nacional com cerca de 60 (sessenta) militares, foi conquistada uma vantagem tática para as forças brasileiras. A presença diuturna e constante em Bel Air dissuadiu com eficácia as gangues que atuavam na região. As patrulhas passaram a ser mais oportunas e eficientes (LESSA,2007). Segundo PACHECO e MIGON (2013), “mais importante do que a libertação de um bairro popular fisicamente debruçado sobre o centro dos poderes da República Haitiana, a Belair pacificada significou a possibilidade da população haitiana experimentar uma melhoria no seu ambiente e, em consequência, aportar a devida confiança na Missão da ONU.”

A conquista de Belair representou a possibilidade da MINUSTAH articular-se de forma efetiva, adotando um perfil multifuncional. O controle da lei e da ordem em Belair permitiu que o Componente Militar convidasse de forma enfática os atores civis,

visto que a leitura do ambiente demonstrava ser imperativa a inserção do braço assistencial da ONU e do estado haitiano para consolidar a paz. Cabe registrar que esse componente militar era integrado por contingentes de vários países da América do Sul, além do Brasil, como Argentina, Uruguai e Paraguai. No restante do país, o clima de estabilidade e segurança já era uma existência no cotidiano da população. Nesse contexto, o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) classificou o trabalho do Componente Militar como fundamental (PACHECO e MIGON, 2013).

Em termos da manutenção de um ambiente seguro e estável, o 2º Contingente brasileiro foi bem-sucedido em retomar as áreas de *Bel Air* e de *Delmas 33* que estavam totalmente controladas pelas gangues. A doutrina de emprego combinou, além das ações de combate, atividades simultâneas de desobstrução das principais vias, operações de ACISO (ações cívico-sociais) e vasculhamento (Relatório Final de Emprego do 2º Contingente, 2005, p. 21, apud PINHEIRO 2015, p.128).

Não há como determinar com exatidão se a postura operacional das tropas da MINUSTAH, inclusive dos contingentes brasileiros, se relaciona com o recrudescimento da situação no terreno, mas é importante ressaltar que a força operacional da missão somente alcançou o patamar desejado e estipulado pelo mandato da ONU após um ano de mobilização (PINHEIRO 2015, p.126).

A superação dos variados óbices encontrados, os resultados positivos conquistados pelos primeiros contingentes brasileiros foram essenciais para o processo de pacificação. Essa experiência inicial contribuiu para ações que ocorreram nos anos seguintes, como o controle de áreas conturbadas como Cité Soleil, Bel Air e Cité Militaire, locais de homizios de gangues, grupos criminoso e paramilitares que existiam dentro da capital Porto Príncipe. Todos os desafios iniciais foram oportunidades de realizar experimentações doutrinárias logísticas e operacionais, que foram úteis nos contingentes seguintes (NETO, 2017).

O início do processo eleitoral contou com o emprego das forças da Brigada Haiti, por ser a responsável por grande parte de Porto Príncipe, sede do maior colégio eleitoral do país. A tropa brasileira foi encarregada de prover a segurança das equipes que percorreram o Haiti, escolhendo os futuros locais de cadastramento eleitoral e de votação. Em seguida, realizou escoltas do material e equipamentos necessários para instalar e manter os respectivos locais de cadastramento e votação (LESSA 2007).

O quadro de segurança foi o fiador de um ambiente seguro abrangente à maior parte do país, possibilitando a realização das eleições no dia 07 de fevereiro de 2006.

As eleições legislativas estenderam-se inclusive ao 2º turno e foram realizadas com tranquilidade. Esse evento foi um marco do progresso da missão: sufrágio universal garantido à população haitiana, pouco mais de um ano e meio após o desdobramento da MINUSTAH (PACHECO E MIGON, 2013).

Os sucessos no que tange à segurança no Haiti eram consistentes. De acordo com PACHECO e MIGON (2013), grosso modo, pode-se caracterizar o total controle das autoridades da ONU e haitianas sobre a área da Missão, quando o bastião adverso existente em Cité Soleil foi desarticulado, em 09 de fevereiro de 2007. A partir desse momento, as autoridades da ONU e do Haiti passaram a desfrutar de liberdade de ação em toda a área da MINUSTAH. Essa assunção é embasada pelo quadro bastante otimista apresentado pelo Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU) ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em seu relatório de 22 de agosto de 2007, no qual foi destacado que a autoridade estatal havia sido restaurada em áreas anteriormente dominadas por grupos armados, representando um importante progresso (PACHECO e MIGON, 2013).

No período de 2005 a 2007, a MINUSTAH decidiu pacificar Porto Príncipe e confrontar os grupos armados, o que gerou intensos e constantes conflitos com as gangues no Haiti. Diariamente a missão ganhava espaço e conquistava mais áreas e regiões. Essa postura foi um risco calculado que, caso falhasse, poderia ameaçar profundamente o sucesso da desejada estabilização do país e até mesmo da própria missão (MIRANDA, 2017).

Paralelamente às atividades operacionais, as tropas brasileiras continuaram realizando trabalhos humanitários, como fora iniciado pelos contingentes anteriores. Os destaques foram os projetos de impacto rápido (*Quick Impact Projects – QIP*), ressaltando-se o projeto de reciclagem de lixo. A experiência brasileira em trabalhar nas atividades de ajuda humanitária conjuntamente com operações militares foi um fator diferenciador do Batalhão dos demais contingentes. Tal fato foi percebido e fez com que o Batalhão tivesse um tratamento diferenciado em relação às demais forças (Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 28, apud PINHEIRO, 2015 p.149).

Apesar disso, as atividades de ajuda humanitária das tropas brasileiras sofriam restrição por parte da MINUSTAH, que alegava que realizar ações do campo humanitário não seriam tarefas militares (Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 24, apud PINHEIRO, 2015 p.149 ). Apesar disso, o Batalhão brasileiro

estreitou laços com os escritórios civis da MINUSTAH, ao participar de reuniões de coordenação, com o objetivo angariar investimentos para sua área de responsabilidade, particularmente em *Bel Air* e *Cité Militaire*, com a finalidade de obter apoio da população haitiana às operações militares (Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 11, apud PINHEIRO, 2015 p.150).

Percebe-se que houve um contínuo aperfeiçoamento do processo de instrução militar e treinamento dos contingentes brasileiros que atuam na MINUSTAH, que passou a incluir instruções sobre o UN-CIMIC. As tropas brasileiras abordam esse tipo de atividade de forma particular, revelando o interesse na promoção da proteção de civis (*protection of civilians* – POC) e uma espécie de jeito brasileiro de agregar funções típicas dos componentes civis às ações a serem realizadas pelos militares (PINHEIRO, 2015).

De acordo com PINHEIRO (2015), a abordagem brasileira no Haiti pode ter “abrasileirado” o CIMIC. Isso ocorreu quando houve a convergência das funções tipicamente civis, mas exercidas por militares ao plano estratégico da missão, que incluía a proteção de civis e o objetivo militar de angariar apoio da população às operações militares. Destarte, existe uma tendência de melhoria no nível de proteção tanto dos componentes civis e militares da missão, quanto da população em si.

Nesse processo não existe certa resistência tanto dos demais atores militares acostumados a executar tarefas exclusivamente militares quanto dos componentes civis que atuam em missões de paz e que tendem a preservar suas funções que a priori não estariam associadas a objetivos estratégico-militares. Assim, a iniciativa do Batalhão brasileiro em coordenar e buscar apoio para suas ações com os escritórios civis da MINUSTAH revelam uma prática brasileira (PINHEIRO, 2015).

Em 2009, o país tinha pacificado comunidades e resolvido a problemática da segurança. A polícia estava mais preparada e havia o plano de mudar a configuração da missão, com como na mitigação da pobreza. (SOARES, 2019). Em 11 de janeiro de 2010, em pouco mais de 4 (quatro) anos e meio após o seu início, a MINUSTAH havia evoluído a um nível de sucesso surpreendente e , de acordo com MENDONÇA(2017), alguns resultados podem ser elencados:

- “- A pacificação de Bel Air, Cité militaire e Cité Soleil;
- A prisão de líderes de gangues;
- O encaminhamento da questão dos ex-militares;
- A apreensão de grandes quantidades de armas, munições e drogas;
- A conquista da confiança da população;

- A criação de ambiente favorável para atividades de agências humanitárias e organizações não governamentais (ONGs);
- O retorno gradativo de serviços públicos essenciais; e
- O retorno das atividades comerciais e da vida rotineira”

(MENDONÇA, 2017)

Na visão de MENDONÇA(2017), além da pacificação do Haiti, a missão vinha cumprindo bem os demais objetivos do mandato. Desde 2006, eram realizadas eleições livres e seguras, com ampla participação popular e, além disso, havia a liberação de pleno trânsito em todo o Haiti.

O governo de Préval gozava de relativa estabilidade política e, em 2010 ocorreriam novas eleições presidenciais. A MINUSTAH tinha planos de permanecer, acompanhando o governo eleito por mais um ano, garantir a governabilidade e sua estabilização no poder, e passar à fase de encerramento da missão a partir de 2011(SOARES,2019).

## 5 O TERREMOTO E AS AÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA

### 5.1 O TRÁGICO TERREMOTO EM TERRITÓRIO HAITIANO

O movimento de placas tectônicas gera tensões que rapidamente se reduzem como uma avalanche de lâminas. Essa movimentação gera enorme quantidade de energia, causando vibrações que são intensificadas por efeito de ressonância. No Haiti há uma falha tectônica de cerca de 50 quilômetros, denominada Enriquillo do Sul, que movimentou-se cerca de dois metros e, por ser próxima à superfície, liberou uma forte onda de choque (AGUILAR, 2014).

No dia 12 de janeiro de 2010, uma terça-feira, às 16 horas e 53 minutos, um violento terremoto que chegou 7,2 graus na escala Richter atingiu o Haiti. A capital, Porto Príncipe, que era a área mais densamente habitada foi também a parte mais afetada por essa tragédia. A fraqueza institucional do Haiti, bem como os variados interesses político-econômicos, impedem saber com precisão as dimensões numéricas que o terremoto causou. Ainda assim, o governo haitiano e as instituições internacionais que atuavam no Haiti consideram como números oficiais: cerca de 300.000 mortos, somados a 300.000 feridos, dos quais, cerca de 5.000 amputados. Na manhã seguinte ao abalo sísmico, em 13 de janeiro de 2010, cerca 1,5 milhões de pessoas estavam desabrigadas (SEGUY, 2014).

As perdas materiais também foram incalculáveis. O Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti (PARDN), documento que foi divulgado de forma oficial pelo governo haitiano, em março de 2010 avaliou em 11,5 bilhões de dólares as perdas e danos causadas pelo abalo sísmico. Cerca de 105.000 residências foram completamente destruídas e 208.000 ficaram definitivamente danificadas. Por volta de 1 300 creches e escolas, 50 hospitais e postos de saúde desabaram ou ficaram inutilizáveis (HAITI, 2010).

A dimensão dessa tragédia pode ser compreendida ao constatar que, segundo o *Institut Haitien De Statistique Et D'Informatique* (IHSI, 2009 p. 11), a população do Haiti era de cerca de 9 milhões de habitantes, dos quais 3,6 milhões viviam na região de Porto Príncipe e arredores, áreas mais atingidas. As cercas de 300.000 mortes estimadas significam dizer que quase 10% da população da capital veio a óbito e outros 10% ficaram feridos (SEGUY, 2014).

Segundo ALVAREZ (2010), o centro de Porto Príncipe era uma enorme sequência de escombros. Destacava-se no meio de tudo, sede do governo federal do Haiti, o Palácio Nacional em ruínas (figura 1). A destruição dessa imponente construção figurava como um símbolo da múltipla falência de todos os órgãos da nação haitiana.



Figura 01 – Palácio Nacional Destruído

Fonte: Queiroz, 2010.

A capital Porto Príncipe sofreu a maior parte dos danos. No departamento Oeste, o estrago causado foi grande em regiões como Cabaret, Cité Soleil, Croix-des-Bouquets, Tabarre, Carrefour, Grand-Goâve, Gressier, Léogâne, Petit-Goâve, Delmas e Pétion-Ville. Também houve municípios no sudeste que foram atingidos, como Jaqmel, que teve metade de suas edificações destruídas. Gressier e Petit-Goâve também foram bastante afetadas. As operadoras de telefonia móvel existentes entraram em colapso e mesmo quando começaram a se reestabelecer, as ligações eram feitas com muita dificuldade (HAITI, 2010).

No que se refere às instituições bancárias, o impacto foi significativo. O Banco Central e o governo não tinham condições de assegurar a manutenção do

funcionamento das instituições financeiras. As agências bancárias fecharam e começaram a reabrir mais de 10 dias depois da catástrofe, em horários limitados e liberando uma quantidade reduzida de gourdes por cliente. Nos dias seguintes ao terremoto, a ONU não conseguiu realizar operações bancárias. Assim sendo, foram implementadas alternativas não convencionais, como o envio de dinheiro e cofres oriundos de sua base logística, em Brindisi na Itália, para garantir o funcionamento mínimo da MINUSTAH (AGUILAR, 2014).

A grande maioria dos membros do governo perdeu parentes. Dois senadores morreram e várias lideranças políticas ficaram feridas. O Haiti perdeu um terço dos funcionários públicos. Mais de 20 prédios públicos ruíram, como o da central dos correios, a receita federal e o palácio de justiça. Documentos importantes foram permanentemente perdidos em todos os níveis de governo (AGUILAR, 2014).

A Polícia Nacional do Haiti foi duramente atingida. O balanço oficial apresentou 75 policiais mortos e mais 74 desaparecidos, havendo ainda centenas de feridos. Quarenta delegacias foram destruídas ou danificadas. Houve a fuga de mais de 5.000 dos 8.000 presos registrados, fruto da destruição de 8, das 17 prisões do país. O patrulhamento da Minustah foi intensificado para tentar inibir o aumento da criminalidade (AGUILAR, 2014).

Os danos na área educacional também foram impressionantes. De acordo com o Ministério da Educação, 1.234 escolas foram destruídas e mais de 2.000 danificadas. A quantidade de alunos mortos passou dos 35.000 e mais de 1.300 professores também perderam a vida. Como a grande maioria das instituições de nível superior estava localizada na capital, 87% delas foram afetadas, pelos dados do instituto *The Challenge for Haitian Higher Education* (AGUILAR 2014).

## 5.2 A AJUDA HUMANITÁRIA E AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

A Minustah, mesmo tendo várias perdas em seus quadros, foi a primeira a responder à crise. Abriu o caminho que ligava a estrada do aeroporto de Porto Príncipe ao centro do Porto Príncipe, o que reestabeleceu o mínimo de condições para a chegada de apoio externo inicial. Poucas horas depois do terremoto, as Nações Unidas lançaram operações de socorro de emergência. Ainda na noite do terremoto, o Presidente René Preval solicitou aos EUA que assumissem o controle e a reabertura

do Aeroporto Internacional Toussaint Louverture que se encontrava danificado e era de extrema importância para recebimento da ajuda internacional (AGUIAR, 2014).

O Governo Brasileiro, frente a essa grave situação provocada pelo desastre natural, e como responsável pelo comando do braço militar da MINUSTAH, ativou o Gabinete de Crises, em ligação com o o Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República. O gabinete se reunia diariamente, como forma de acompanhar a situação e dar o apoio necessário aos envolvidos. O gabinete contava com representantes dos principais ministérios, das Forças Armadas, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e outros. Essa constituição garantia uma boa gestão e rapidez nas respostas (SILVA, 2011).

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon recomendou o aumento do efetivo da MINUSTAH. Seguindo essa recomendação e fruto da situação caótica em que o Haiti se encontrava, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por meio da Resolução nº 1908, de 19 Jan. 2010, o aumento do efetivo da MINUSTAH nos seguintes termos:

“Reconhecendo as circunstâncias terríveis e a necessidade de uma resposta urgente,  
Aprovando as iniciativas dos Estados Membros em apoio ao governo e ao povo do Haiti e à MINUSTAH,

1. Aprova a recomendação feita pelo Secretário Geral para aumentar a dotação da MINUSTAH para contribuir com o trabalho imediato de recuperação, reconstrução e estabilidade;
2. Decide, portanto, que a MINUSTAH será composta por um componente militar de até 8940 soldados , entre oficiais e praças, e um componente policial de até 3711 e que continuará sob análise, de acordo com o necessário, o novo número de militares e policiais.
3. Decide continuar tratando do assunto.” (ONU, 2010, tradução do autor)

A solicitação do aumento de tropas foi encaminhada para o Brasil, analisada pelo Gabinete de Crise, e autorizada pelo Presidente da República já no dia 20 de janeiro de 2010. O Departamento de Operações e Manutenção da Paz havia informado que havia uma séria premissa de tempo para o desdobramento das tropas. Em 21 de janeiro foi enviada ao Parlamento uma exposição de motivos preparada pelos Ministérios de Relações Exteriores e Ministério da Defesa. Em 25 de janeiro, o Congresso Nacional autorizou o aumento do efetivo do Contingente Brasileiro no Haiti (SILVA, 2011).

A mobilização de pessoal do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT2) foi realizada em menos de 10 dias, com as tropas sendo concentradas

e alojadas nos Quartéis da Vila Militar do Rio de Janeiro-RJ. Em 10 de fevereiro de 2010 uma equipe de 7 militares desembarcou no Haiti, seguidos por um escalão logístico que chegou no dia 13 de fevereiro, possibilitando a chegada de todo o efetivo do BRABATT2 em 3 semanas a contar do início de sua mobilização (SILVA, 2011).

Ao analisar a situação daquele momento crítico, foi verificado que seria necessário priorizar ações de suporte, mantendo a ordem e demonstrando o comprometimento do povo brasileiro com as dificuldades do povo haitiano. Assim sendo, as atividades foram organizadas em 3 tipos: Ajuda Humanitária, Suporte às insituições religiosas ou civis de apoio à população do Haiti e Cooperação Civil-Militar (CIMIC) (Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 10, apud PINHEIRO, 2015 p.186).

De janeiro a março de 2010, agências de socorro emergencial e uma grande quantidade de recursos vieram de toda parte. Os brasileiros, com o efetivo substancialmente aumentado e que já estavam em solo haitiano há alguns anos, tinham a vantagem de bom conhecimento local. O Brasil diferenciou-se na ajuda humanitária, não apenas pelo volume de pessoas, mas principalmente pelo comportamento e bom rendimento dos militares, que cresceu com o sentimento de compaixão (FERNANDES, 2017).

A participação das tropas brasileiras em assistência humanitária foi imediata. O BRABATT, possuidor do maior contingente na capital, adotou medidas fundamentais, como socorro a vítimas nas ruas, apoio na retirada de corpos dos escombros e limpeza de vias para circulação em Porto Príncipe. A Cia E F Paz foi empregada além de todos seus limites doutrinários, participando de várias ações de socorro às vitimas, minimizando os danos decorrentes do terremoto. A companhia foi demandada para, por exemplo, preparar locais para sepultamento coletivo, em caráter de urgência, por questões de saúde pública, que exigiam a rápida retirada de corpos das ruas (GOMES, 2019).

De acordo com GOMES (2019), os militares do BRABATT realizaram valoroso apoio às atividades humanitária durante os períodos mais críticos pós-terremoto. Eles contribuíram para demolição de edificações, desobstrução de vias públicas e na reconstrução de escolas e hospitais. O desdobramento do segundo batalhão brasileiro (BRABATT2) ampliou rapidamente a capacidade da MINUSTAH.

Na fase inicial foi fundamental proporcionar assistência para diminuir a miséria, e conseqüentemente a tensão da população. Todavia, houve a preocupação de não

transparecer um assistencialismo. Os BRABATT atuaram em suporte a ajuda humanitária junto a instituições legítimas frente às comunidades. Para tal, foi feito um cadastramento verificando a credibilidade, chegando a serem atendidas 355 diferentes instituições. A verificação se fez necessária para inibir oportunistas que tentaram se aproveitar do momento difícil, sendo criada uma relação com graus de confiabilidade. Essa lista foi solicitada pela MINUSTAH, que também passou a utilizá-la. O objetivo era fazer o material que era distribuído chegasse de fato ao seu destino: a população necessitada (Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 11, apud PINHEIRO, 2015 p.187).

Os comboios com assistência humanitária, quando solicitado eram escoltados. Alguns caminhões com ajuda das agências da ONU e ONGs foram atacados e saqueados por não contarem com escolta (AGUILAR, 2014). As escoltas eram realizadas por efetivos que realizavam reconhecimentos prévios do itinerário e proviam a segurança física do pessoal e material, sendo muito solicitado para fazer a proteção dos comboios com ajuda humanitária. Eram também regularmente empregadas escoltas para proteção do pessoal civil da MINUSTAH em seu deslocamento entre local de trabalho e local de residência (Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 2, 2010, p. 15 apud PINHEIRO, 2015, p. 190).

A MINUSTAH apoiou múltiplas distribuições de alimentos, de agências como por exemplo o Viva Rio, organizando a segurança e a logística. A principal tarefa consistia em organizar a atividade, sob pressão de muitas pessoas, em geral mulheres (FERNANDES, 2017). De acordo com o testemunho de FERNANDES (2017), as distribuições que ocorriam sob o comando do BRABATT eram as mais eficientes e tranquilas. Essas atividades incluíam alto falantes, que intercalavam a transmissão de informações úteis à população, com o som de músicas haitianas, que animava as pessoas em sua espera em direção ao local de apanha dos sacos de alimentos.

O Exército Brasileiro investiu uma quantidade grande de recursos para adquirir equipamentos de engenharia, com a finalidade de proporcionar à Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia E F Paz) os meios necessários para enfrentar o desafio de reconstruir instalações no Haiti. Destaca-se a aquisição de materiais como uma usina de asfalto móvel, escavadeiras hidráulicas, tratores de esteira, motoniveladoras, dentre outros materiais (COSTA, 2018).

O asfaltamento de ruas e avenidas, a reconstrução, manutenção e modernização de infraestruturas físicas foram realizadas por unidades de

engenharia da ONU. Esses trabalhos facilitaram o cumprimento do mandato, ajudaram o comércio local, bem como a execução de assistência humanitária (COSTA, 2018). A segurança e o controle de circulação de pessoas durante os trabalhos de engenharia eram feitos pelo BRABATT, em áreas em que os engenheiros realizavam trabalhos como limpeza de vias, remoção de escombros, terraplanagem, abertura de áreas para assentamentos, dentre outros (Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 2, 2010, p. 15 apud PINHEIRO, 2015, p. 190).

A tropa brasileira contribuiu de maneira significativa nas atividades de ajuda humanitária após o trágico terremoto. Ações como apoio à retirada de alimentos pelas instituições de apoio humanitário e a presença da tropa provendo a segurança das distribuições de víveres foram constantes e muito importantes. No período em que o 12º contingente esteve presente no Haiti, foram realizadas 510 atividades de Ajuda Humanitária e CIMIC, apoiando mais de um milhão e meio de pessoas. Cabe ressaltar a realização de grandes ACISOS, que serviam para aproximar a população de atividades de lazer, civismo, esporte e saúde. Nessas oportunidades eram conduzidas atividades como oficinas de pipas, projeção de desenhos animados traduzidos para o creole, corte de cabelo, atendimento bucal para crianças, emissão de documentos, entre outras (Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 10-11 apud PINHEIRO, 2015 p.188).

O Exército Brasileiro, participou também de vários projetos em cooperação civil-militar (CIMIC), que envolviam a melhoria das condições de vida da população haitiana. Alguns desses projetos foram realizados em menos de um ano após o terremoto e podem proporcionar uma noção da gama de atividades que foram desenvolvidas, como: reconstrução de escola comunitária em Cité Soleil, inauguração da praça de Cité Soleil. Quick Impact Project (QIP) de pesca na ilha de La Gonave, QIP de reflorestamento de 10 mil mudas, construção de quadra esportiva no Brooklin, QIP de escola em Jean Marie Vicente, entre outros (Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 12-13 apud PINHEIRO, 2015, p. 188,189).

A realização de parcerias favoreceu os esforços para tornar a ajuda humanitária mais eficiente. No momento em que as atividades dessa natureza se tornaram prioritárias, essa postura operacional se consolidou. Esse cenário consolidou a abordagem humanitária brasileira, que valendo-se de uma identificação com a população e com a realidade haitiana, se fez presente de forma eficaz seja na segurança, bem como no apoio humanitário (PINHEIRO, 2015).

As doutrinas de pacificação e de garantia da lei e da ordem do Exército Brasileiro foram empregadas nos primeiros contingentes e provaram ser eficazes em missões de paz da ONU, sendo realizadas as adequações necessárias. Ao longo do tempo houve um visível aprimoramento nas técnicas de emprego e no preparo realizado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Essa evolução é percebida na forma que os relatórios dos contingentes abordam diversas situações operacionais, em especial no que se trata da abordagem de assuntos civis e da realização de atividades de CIMIC (PINHEIRO, 2015).

É impossível dissociar as atividades operacionais realizadas pelas tropas brasileiras, das atividades humanitárias desenvolvidas. A iniciativa dos trabalhos humanitários partiam muitas vezes dos próprios militares. Essas atividades proporcionaram grande apoio à população e contribuíram para o soldado brasileiro ter maior compreensão das carências do povo haitiano (CCCOMSEX, 2018). Nas palavras do embaixador brasileiro Igor Kipman:

“[...]As Forças Armadas Brasileiras, em sua participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH – têm desempenhado papel central na manutenção de um ambiente estável e seguro no Haiti, em especial em sua Capital, Porto Príncipe, onde se encontram suas áreas de operação. Não fora por essa garantia, os grandes avanços alcançados após o terremoto, no campo da democracia e do Estado de Direito, não teriam sido possíveis, como a realização de eleições livres e democráticas, que conduziram ao Governo do Haiti um candidato da oposição.

Não podem ser tampouco esquecidas as Ações Cívico-Sociais (ACISO) levadas frequentemente a cabo por todas as Unidades Brasileiras que integraram a MINUSTAH e que aliviaram as precárias condições em que vivia grande parte da população da capital do país. Em relação à resposta específica aos danos provocados pelo terremoto, não posso deixar de destacar o trabalho realizado pela Companhia de Engenharia do Exército brasileiro – BRAENGCOPY – desde a remoção de escombros, pavimentação de vias públicas (em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores), perfuração de poços artesanais, recuperação de pontes etc.” (Kipman, 2011 apud CCOMSEX, 2018)

O emprego de tropas em ajuda humanitária vem ganhando uma importância cada vez maior nos conflitos atuais. A experiência adquirida pelo Brasil durante os anos em que esteve compondo o contingente militar da MINUSTAH trouxe reflexos positivos para o Exército Brasileiro. A realização de atividades de CIMIC também foi fundamental e teve uma evolução considerável devido a essa experiência na MINUSTAH. Havia uma completa inexistência de normas e estruturas e ao final de 13 anos no Haiti foram produzidas documentações e organizadas estruturas que

permitem planejar operações de paz e ajuda humanitária de forma sinérgica (MARQUES, 2019).

## 6 A MINUSTAH E A PROJEÇÃO DO BRASIL

A partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil intensificou seu posicionamento a favor de um sistema de segurança coletivo, que diminuísse o domínio absoluto dos membros do Conselho de Segurança Permanente. As missões de paz eram vistas pelo Brasil como uma oportunidade de fortalecer a ONU e de divulgar a atuação do Brasil sobre a realidade da comunidade internacional. (UZIEL, 2010). Segundo BANCKE (2017), o Brasil tem uma rica tradição de atuação em esforços internacionais em prol da paz mundial. Tal tradição é fruto da índole pacífica do povo brasileiro, da estatura geopolítica do Brasil e de sua projeção internacional.

As operações de paz são uma maneira de países emergentes demonstrarem seu poder e sua capacidade de influenciar no cenário internacional. As potências emergentes tentam alcançar e manter uma posição relevante dentro da ordem internacional, de forma que possam defender ativamente seus interesses próprios e seus interesses nacionais. O interesse em ter uma participação em operações de paz da ONU muitas vezes deriva do interesse de proteger o sistema internacional e ter relevância nesse sistema (NEACK, 1995 apud SÁ, 2015, p.39).

O interesse em se projetar como um “*Player Global*” estimula o Brasil a buscar reconhecimentos internacionais significativos. O país tenta encontrar formas de transformar projeção em influência estratégica global. Destarte, a participação do Brasil em operações de paz pode ser um artifício para atingir a tão desejada proeminência no cenário internacional (SÁ,2015).

A política externa tem o papel de defender os interesses nacionais, mesmo quando o altruísmo está presente. O envolvimento do Brasil com o Haiti é influenciado pelo desejo do país em ampliar seu protagonismo regional, bem como em projetar sua imagem mundialmente. O aumento de prestígio, a projeção de uma imagem participativa e a conquista de maior influência nas decisões internacionais também foram fatores considerados na decisão de participar da MINUSTAH (SÁ,2015). As análises de SÁ(2015) concluíram que:

“[...] a decisão brasileira de participar da MINUSTAH foi embasada em argumentos sólidos que refletem seus princípios de solidariedade e cooperação, como também assume um papel estratégico na defesa dos interesses nacionais. A conjuntura interna de expansão democrática e projeção mundial trouxe um ambiente doméstico que incentivou esse envolvimento. Por sua vez, o processo de globalização acarretou a maior

participação de países influentes do sul global em assuntos também de segurança internacional e o Haiti foi a consolidação de um empenho regional conjunto para uma operação de paz, descentralizando o foco do protagonismo apenas nas potências mundiais.” (SÁ,2015)

Depois de 13 anos de missão no Haiti, a MINUSTAH encerrou-se em outubro de 2017, tendo sido liderada pelo Brasil desde o início. Passaram pelo Haiti 11 Force Commanders, 33 Batalhões de Infantaria e 24 companhias de engenharia, que compuseram 26 contingentes, em um total de 35.000 militares do Exército Brasileiro. Nesses 13 anos, 24 militares perderam a vida, sendo 18 durante o trágico terremoto. Durante todo o período, não houve sequer um brasileiro acusado de abuso sexual, nem repatriado pela ONU por atos de indisciplina (MENDONÇA, 2017).

No Haiti, o Brasil exerceu sua vocação pacífica para a solução de conflitos, através da diplomacia, calcada principalmente em seu braço militar. Após a MINUSTAH, o Brasil foi alçado à condição de ator chave nas ações de pacificação, não apenas pela atuação diplomática, nem pelo seu poder econômico, mas pela expressão militar do poder nacional. As nossas tropas demonstraram ter grande capacidade de solucionar problemas de forma equilibrada e gerando o mínimo de efeitos colaterais possível (MENDONÇA, 2017).

Após o terremoto, em 2012, a Embaixada Brasileira no Haiti fez parcerias com os BRABATT que integravam a MINUSTAH, com a finalidade de distribuir alimentos e donativos que eram doados pela população do Brasil. A estrutura de CIMIC dos militares brasileiros viabilizou esse apoio de forma facilitada, culminando com ações conjuntas da Embaixada Brasileira com as tropas. Cabe ressaltar que, em tese, não havia vinculação formal entre a tropa brasileira da ONU e a representação diplomática brasileira no Haiti. Entretanto, particularmente após o terremoto, houve grande integração das organizações militares brasileiras com as iniciativas tomadas pela Embaixada Brasileira no Haiti (ROMÃO,2012). Ainda no entendimento de ROMÃO (2012):

“O excelente relacionamento entre a tropa brasileira da ONU e a Embaixada Brasileira no Haiti, bem como a plena consciência do Comando das unidades brasileiras dos objetivos da Política Externa do Brasil, executados pela representação diplomática no Haiti, criaram um ambiente de cooperação que permitiram aumentar a eficiência das tropas brasileiras na MINUSTAH e contribuíram para alcançar os objetivos da Política Externa Brasileira no Haiti. As ações locais da tropa brasileira no Haiti, sejam de segurança ou de ajuda humanitária, estavam amparadas pelo mandato da ONU. Entretanto, observou-se que a ajuda humanitária era realizada dentro de um alinhamento estratégico entre o mandato da tropa brasileira da ONU, como integrante da MINUSTAH, e a Política Externa Brasileira, implementada

pela Embaixada Brasileira no Haiti, e permitiram uma sinergia singular, com desempenho muito superior ao simples somatório de esforços individualizados. "(ROMÃO,2012)

As ações locais da tropa brasileira no Haiti, sejam de segurança ou de ajuda humanitária, estavam amparadas pelo mandato da ONU. Entretanto, observou-se que a ajuda humanitária era realizada dentro de um alinhamento estratégico entre o mandato da tropa brasileira da ONU, como integrante da MINUSTAH, e a Política Externa Brasileira, implementada pela Embaixada Brasileira no Haiti, e permitiram uma sinergia singular, com desempenho muito superior ao simples somatório de esforços individualizados (ROMÃO,2012).

O Brasil integrou e comandou a MINUSTAH, o que foi um fato inédito no histórico das missões de paz do Brasil. Nesse período, teve sucessos e desafios, como o terremoto e crises políticas. Os resultados positivos podem ser exemplificados pelo desenvolvimento na área social, na reestruturação da Polícia Nacional Haitiana, no respeito aos Direitos Humanos, na pacificação de regiões anteriormente dominadas por grupos armados e na estabilização política que viabilizou a realização das eleições (SOARES, 2019).

A participação brasileira no Haiti foi bastante visível também fora do escopo militar. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil sempre se fez presente em apoio ao país amigo, estabelecendo parcerias diretas fora do escopo da ONU. Alguns exemplos desse tipo de cooperação foram projetos de cooperação técnica em agricultura familiar, segurança, treinamento de defesa civil, ajuda na área de saúde e na recuperação de infraestrutura de transportes. O sucesso logrado pelo Brasil na MINUSTAH foi reconhecido na ONU e na comunidade internacional (NETO,2017).

Os planejamentos, os estudos e a execução das variadas atividades que visavam mitigar os efeitos do terremoto, geraram informações úteis para o futuro das operações de paz e de ajuda humanitária. As tropas brasileiras, devido a seu grande efetivo e intensa participação nas operações, contribui de forma relevante nessa produção de conhecimento. O Brasil amalgamou o seu peso como parceiro internacional e essa condição foi expressada de maneira destacada por intermédio do trabalho de suas Forças Armadas (NETO, 2017).

Fruto do perceptível reconhecimento internacional da competência dos militares brasileiros, a ONU selecionou um oficial general brasileiro para a função de comandante da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República

Democrática do Congo (MONUSCO). Outra prova da visão positiva de nossas Forças Armadas foi a escolha de um almirante brasileiro para comandar Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano, sendo importante ressaltar que esse comando havia sido exercido apenas por militares de países que integram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (NETO, 2017).

No campo diplomático, a MINUSTAH figurou como um relevante instrumento de política externa. O Brasil estava buscando um maior protagonismo internacional, em especial querendo se destacar como um ator relevante na América Latina e no Caribe. Durante os 13 anos da missão, o Brasil foi membro não-permanente do Conselho de Segurança durante 4 anos (2004-2005 e 2010-2011), oportunidades em que pode expor sua posição sobre o Haiti, sobre operações de paz e conseguiu colher frutos do sucesso obtido pelos brasileiros que atuaram em solo haitiano (HAMANN e TEIXEIRA, 2017).

No campo militar, o Brasil acumulou relevantes experiências profissionais e conseguiu manter-se com a função de *Force Commander* durante toda a missão, o que era um fato inédito na ONU. O Brasil consolidou-se como país relevante no sistema de paz e segurança internacional, tornando sua atuação desejável em outras missões que ocorram no futuro (HAMANN e TEIXEIRA, 2017).

## 7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa abordou o emprego das tropas do Exército Brasileiro que compunham a MINUSTAH em operações de ajuda humanitária, particularmente após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010. Outro aspecto pesquisado foram os impactos dessas ações em ajuda humanitária na imagem do Brasil no cenário global.

Inicialmente, foi realizada uma introdução tratando sobre o histórico do Haiti e as circunstâncias que levaram a ONU a criar a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Em seguida, o seguinte problema foi estabelecido: de que maneira o emprego das tropas do Exército Brasileiro em ajuda humanitária, após o terremoto no Haiti em 2010, contribuiu para a projeção do Brasil no cenário internacional?

Em seguida, foi realizado um referencial teórico, que definiu as bases que foram utilizadas para a construção da pesquisa e permitindo ao leitor adquirir um entendimento básico sobre o que são operações de paz, ajuda humanitária e aspectos da política externa brasileira. Ao terminar o referencial, foi apontada a metodologia a ser empregada e apresentados os objetivos geral e específicos, que foram definidos para responder ao problema levantado. Dessa maneira, ambientou-se o leitor ao trabalho e às motivações que levaram a essa pesquisa.

Observou-se que o Haiti foi palco de sucessivos eventos de violência, desde o seu sangrento processo de independência, em 1804. No século XX, esse país caribenho foi protetorado dos EUA por quase 20 anos e em seguida ficou sob o governo de uma ditadura imposta pela família Duvalier de 1957 a 1986. O que se seguiu foi uma contínua tentativa de estabelecer uma democracia, porém houve eleições contestadas, golpes de estado e o fortalecimento de grupos criminosos.

No ano de 2004, grupos armados se rebelaram e levaram à renúncia do presidente Jean-Bernard Aristides. Verificando o risco de ocorrer um “banho de sangue”, o CSNU autorizou uma Força Multilateral Interina a atuar no Haiti. Poucos meses depois essa Força foi substituída por uma operação de paz da ONU – a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Pode ser verificado que a MINUSTAH foi bem sucedida em estabelecer um ambiente seguro e estável no Haiti, com o Brasil exercendo papel fundamental no comando do contingente militar. No ano de 2010, a maioria das gangues foram desbaratadas e o crime enfraquecido. O processo eleitoral estava ocorrendo dentro

da normalidade e havia a expectativa de iniciar um processo de desmobilização da MINUSTAH.

Infortunadamente, em 12 de janeiro de 2010 um terrível terremoto ocorreu na cidade de Porto Príncipe, causando imensa destruição, centenas de milhares de mortes e uma crise humanitária sem precedentes no Haiti. A partir desse evento, a MINUSTAH precisou se reestruturar, aumentando o seu efetivo, inclusive o contingente brasileiro, que enviou o BRABATT2 para solo haitiano.

O caráter humanitário passou a ter prioridade na missão, contando com grande participação da MINUSTAH. As tropas do Exército Brasileiro capitanearam uma série de atividades de caráter humanitários, evidenciando grande empatia com o sofrimento da população local e notável altruísmo. Alguns exemplos de atividades realizadas foram: planejamento, escolta e segurança de entrega de gêneros, retirada de escombros, reconstrução de vias, dentre outras.

Verificou-se que o Brasil conseguiu alcançar alguns de seus objetivos relacionados à política externa. No campo diplomático, o Brasil se envolveu com o Haiti de forma muito mais profunda do que era esperado, o que gerou impressões positivas no âmbito da comunidade internacional.

No campo militar, o Brasil foi capaz de demonstrar boa capacidade de desdobrar tropas fora de seu território, em especial por conseguir manter com fluxo logístico, apesar das dificuldades impostas pela distância. A liderança militar ficou evidente, com a ONU mantendo um general brasileiro no comando da missão, inclusive nos momentos críticos após o terremoto de 2010. Desta feita, os militares brasileiros contribuíram para consolidar o país em posição relevante no sistema de paz e segurança internacional.

Nos aspectos político e social, o Brasil contribuiu sobremaneira com a mitigação dos danos causados pelo terremoto à população haitiana e viabilizou a estabilização política, possibilitando que fossem realizadas eleições e que presidentes conseguissem terminar seus mandatos.

Por fim, pode-se inferir que o emprego das tropas do Exército Brasileiro, em particular nas ações de ajuda humanitária contribuíram com a projeção do Brasil no cenário internacional através de destacada liderança, demonstrações de empatia, adaptabilidade e grande capacidade de trabalho. Dessa forma, a imagem do Brasil saiu fortalecida e o emprego do Brasil outras missões de paz relevantes tornou-se desejável no cenário internacional.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Gerenciamento de Crises**. O terremoto no Haiti. São Paulo: Editora Porto Idéias, 2014

ALVAREZ, Rodrigo. **Haiti, Depois do Inferno**: Memórias de um Repórter no Maior Terremoto do Século. São Paulo-SP: Editora Globo, 2010

ANDRADE, Israel de Oliveira, HAMAM, Eduarda Passarelli e SOARES Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**: evolução, desafios e oportunidades. Brasília. Livraria do Ipea, 2019.

ARIMA Jr., Mauro Kiithi. **O Brasil e as missões de paz da ONU**. 10 dez 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20585/o-brasil-e-as-missoes-de-paz-da-onu>. Acesso em 02 de junho de 2022.

BANCKE, Vladson da Silva. **A importância para o Brasil da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 5 de abril de 2022. Brasília, DF. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC%20117.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20117.pdf) . Acesso em: 24 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** nº 119, Seção 1, Página 2, de 22 de junho de 2018

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Centro de Doutrina do Exército. **Operações de Ajuda Humanitária – EB70-MC-10.223**. Nota de Coordenação Doutrinária nº 01, 2014.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Operações – EB70-MC-10.223**. 5. ed. Brasília, DF, 2017a.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Paz – EB70-MC-10.219**. 3. ed. Brasília, DF, 2017b.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Haiti: tínhamos 3 verbos impositivos para essa missão: cooperar, contribuir e realizar. Missão cumprida!** 01 set 2017c. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/web/haiti/noticias-brabat/-/asset\\_publisher/7axe0reuvUKr/content/haiti-tinhamos-3-verbos-impositivos-para-essa-missao-cooperar-contribuir-e-realizar-missao-cumprida-/8032597](http://www.eb.mil.br/web/haiti/noticias-brabat/-/asset_publisher/7axe0reuvUKr/content/haiti-tinhamos-3-verbos-impositivos-para-essa-missao-cooperar-contribuir-e-realizar-missao-cumprida-/8032597) . Acesso em 24 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Cooperação humanitária brasileira.** Atualizado em 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cooperacao-internacional/cooperacao-humanitaria>. Acesso em 26 abr 2022.

CCOMSEX. Ações Humanitárias. **Revista Verde Oliva.** Brasília, n.241 , p.34, maio 2018

CHRISTOFOLLO, João Ernesto. **Princípios Constitucionais de relações internacionais:** significado, alcance e aplicação. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2019.

COSTA, Gustavo Humberto dos Santos. **A Participação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Reconstrução do Haiti.** Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Ciências Militares). Rio de Janeiro, 2018.

FERNANDES, Rubem César. Respeito e Honra ao Haiti. In: **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial. Coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse e UZIEL, Eduardo. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial. Coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017

GOFFREDO Jr. **Entre o poder e o direito:** A tradição grotiana na política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2005.

GOMES,Ricardo Fernandes **Operações de Assistência Humanitária no Caribe:**uma ferramenta de geopolítica e projeção nacional. Trabalho de Conclusão de Curso , Escola Superior de Guerra (Altos Estudos de Política e Estratégia).Rio de Janeiro: ESG, 2019.

HAITI, Gouvernement de la République. **Plan d'action pour le relèvement et le développement d'Haïti.** Porto Príncipe,2010.

HAMANN, Eduarda Passarelli e TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. Apresentação. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial. Coletânea de artigos. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE (IHSI). **Population totale, population de 18 ans et plus, menages et densités estimés en 2009.** Março 2009

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:** passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001

LEAL, Maria Fernanda Affonso; MAGALHÃES, David Almstadter de; e SANTIN, Rafael. A evolução do peacekeeping: Suez, Ruanda e República Democrática do Congo. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.5, n.10, Jul./Dez, 2016.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na Missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)** Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública e Empresa(FVG-EBAPE), 2007.

LIMA, Moacir Mendonça **A participação do Exército Brasileiro (EB) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, no pós-terremoto**: contribuições para a projeção internacional do EB em apoio à política exterior do Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

MARQUES, Carlos Henrique Canongia. **O emprego de tropas brasileiras, sob a égide da ONU, em ajuda humanitária, após o terremoto no Haiti em 2010**. Trabalho de Conclusão, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Ciências Militares). Rio de Janeiro, 2019.

MENDONÇA, Marcos Venício. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial. Coletânea de artigos. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017.

MIRANDA, André Luis Novais. A pacificação de Bel Air. In: **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial. Coletânea de artigos. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora UnB., 2003

NETO, Floriano Peixoto Vieira. Epopeia militar brasileira no Haiti. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial Coletânea de artigos. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. Política externa, segurança e defesa: um estudo do governo Lula. **Anais do 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.abri.org.br/anais/3\\_Encontro\\_Nacional\\_ABRI/Politica\\_Externa/PE%2016\\_Giovanni%20Hideki%20Pol+%A1tica%20externa,%20seguran+%BAa%20e%20defesa%20um%20estudo%20do%20governo%20Lula.pdf](http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Politica_Externa/PE%2016_Giovanni%20Hideki%20Pol+%A1tica%20externa,%20seguran+%BAa%20e%20defesa%20um%20estudo%20do%20governo%20Lula.pdf). Acesso em: 25 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução 1908 (2010)**. Conselho de Segurança. S/Res/1908 (2010). Nova York: Nações Unidas, 2010

PACHECO, Fábio Cordeiro. **O Brasil na MINUSTAH e o aumento de sua projeção no cone sul**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

PACHECO, Fábio Cordeiro e MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O Brasil na MINUSTAH influenciando o Brasil no cone sul: evidências preliminares da contribuição da diplomacia militar à inserção soberana. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 7, n. 29, p. 131-137, 5 set. 2013.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Haiti: desafios e oportunidades no pós-terremoto**. Brasília. Livraria do Ipea, 2010.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **República Dominicana e Haiti: tropas brasileiras em missões de paz (1965-2005)**. Rio de Janeiro : Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2013.

\_\_\_\_\_. **Violência e Pacificação no Caribe**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. Brasília : Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional), Universidade de Brasília, 2015.

QUEIROZ, Tiago. **Haiti 4 meses depois**. 29 de maio de 2010. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/olhar-sobre-o-mundo/wp-content/uploads/sites/469/2010/05/AA24.jpg>>. Acesso em 31 de julho de 2022

ROMÃO, Cesar Henrique. **A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) na Força de Paz Brasileira da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) como um dos instrumentos da Política Externa do Brasil para o Haiti, no período pós-terremoto**. Trabalho de Conclusão, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Política, Estratégia e Alta Administração Militar). Rio de Janeiro, 2012.

SÁ, Jéssica Espíndola de. **A decisão brasileira de participar da MINUSTAH**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Estadual da Paraíba, 2015.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas: Dissertação (Doutorado de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014

SILVA, Fernando Lourenço. **A participação do Brasil em Operações de Paz: o impacto estratégico do maior envolvimento do Exército Brasileiro no período pós-terremoto do Haiti**. Trabalho de Conclusão, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Política, Estratégia e Alta Administração Militar). Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, Gabriel Oliveira. **Brasil no haiti um caso de sucesso?** Análise da Missão das Nações Unidas de Estabilização Do Haiti à luz do direito. Brasília: UNICEUB, 2019.

UNITED NATION. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 16 jun 1945. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf> . Acesso em 27 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_ **Resolução 1542 (2004)**. Disponível em: [https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004)). Acesso em 27 de maio de 2022.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2010

\_\_\_\_\_. Entre direito e política externa – Elementos para a interpretação do art. 4.º da Constituição. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. RDCI, vol.99. Editora Revista dos Tribunais, 2017.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana** : a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília : FUNAG, 2007.

Telegrama Brasemb Porto Príncipe: **Missão militar precursora**. Nº 058. 26 de março de 2004. Porto Príncipe: 2004.